

Dialogismo no discurso do ambientalismo na imprensa em Portugal

Rui Ramos

Universidade do Minho – Portugal

<http://www.rui-ramos.web.pt>

rldramos@iec.uminho.pt

0 – Apresentação

O presente estudo assume por base pressupostos teóricos e metodológicos centrais da Análise do Discurso, nas suas mais recentes orientações, e serve para dar conta de alguns mecanismos discursivos presentes nos textos sobre o ambientalismo na imprensa escrita portuguesa recente.

Esta é uma temática de grande relevo na imprensa não especializada e com espaço assegurado nos jornais de referência portugueses. É igualmente um tópico de atenção da população portuguesa e da União Europeia, a julgar por estudos de opinião recentes¹.

Recorta como *corpus* de análise um conjunto de oito textos publicados no jornal *Público*, diário de grande tiragem e referência no panorama jornalístico português, no dia 30 de Março de 2001, sobre o Protocolo de Quioto e, em particular, a recusa dos Estados Unidos de honrarem os seus compromissos anteriormente assumidos e assinarem o dito protocolo. O primeiro destes textos é um título, inscrito na primeira página do jornal; o segundo, um artigo de informação; o terceiro, um breve artigo encaixado no segundo, de divulgação científica e estatística; o quarto texto é constituído pela legenda da figura que acompanha o tratamento desta temática; o quinto, um

¹ O «Inquérito à cultura científica dos portugueses» de 2000, promovido pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias, afirma que «o que mais se destaca nos dados presentes, por comparação com os de 1996/1997, é o facto de ter aumentado consideravelmente a sensibilidade pública aos temas científicos e aos problemas com incidência científica, bem como a atribuição à ciência e à tecnologia a capacidade de melhorar a qualidade de vida (mais saudável, mais fácil e com mais conforto), de trabalho, e a qualidade ambiental» (<http://www.oct.mct.pt/pt/actividades/cultura/cultura2000/notaApresentação.htm>).

As sondagens Eurobarómetro, que cobrem cidadãos dos Estados-Membros da União Europeia (UE) maiores de 15 anos (*inclusive*), mostram que os europeus comunitários assumem como preocupação fundamental o Ambiente (1º lugar, com 63%), à frente de outras como o Desemprego (56%) ou a Criminalidade (49%) – dados de Março de 1997; quanto à urgência de que os problemas ambientais se revestem, numa média europeia de 69% dos cidadãos a considerarem esses problemas imediatos e urgentes, Portugal apresenta valores de 82% - dados de Abril de 1999; outros dados colocam a protecção do ambiente em 4º lugar nas prioridades das acções realizadas pela UE (83%) – dados de Outubro de 1999.

editorial, assinado pelo Director do jornal; os sexto, sétimo e oitavo artigos, responsabilidade da mesma jornalista, dão conta das reacções de individualidades e instituições à atitude do Presidente americano e fazem, especialmente o sétimo, uma antevisão didáctica pormenorizada das implicações globais das alterações climáticas provocadas pelo efeito de estufa.

Como não cabe aqui fazer-se uma análise detalhada de cada um destes textos, eles serão objecto de alguma abordagem superficial, em algumas das suas dimensões, sendo dada maior atenção ao Editorial, integralmente transcrito em anexo².

1 – Dimensões do discurso do ambientalismo nos *media*

Uma das dimensões caracterizadoras do discurso do ambientalismo na imprensa escrita é o seu carácter agónico³. Coupland e Coupland afirmam que «when people seek, as activists, critics, theorists or green politicians, to change social priorities, values or practices related to the global environment, we become aware of environmentalism as a site of struggle» (Coupland, N. e Coupland, J., 1977: 8). Não se trata, contudo, necessariamente, de discurso polémico. Este define-se por colocar o conjunto das suas propriedades semânticas, enunciativas e argumentativas ao serviço de um objectivo dominante, o de desqualificar o objecto que constitui o seu alvo, “matar” metaforicamente o adversário discursivo: «le discours polémique est un discours *disqualifiant*, c'est-à-dire qu'il attaque une *cible* (...) et qu'il met au service de cette visée pragmatique dominante - discréditer l'adversaire, et le discours qu'il est censé tenir - tout l'arsenal de ses procédés rhétoriques et argumentatifs» (Kerbrat-Orecchioni, s/d: 12). No discurso do ambientalismo na imprensa, as partes em conflito são recriadas ao nível discursivo e representam os seus papéis na batalha que o locutor (LOC) representa verbalmente, convocando discursos outros, reactualizando posições de actores sociais e permitindo o confronto de pontos de vista. Com frequência o próprio LOC procura edificar para si uma posição de neutralidade e isenção, apesar de construir um comentário, naturalmente marcado pela sua visão particular dos estados de coisas (géneros de “enunciação subjectivizada”, segundo Moirand, 1999) ou apagar-se da superfície textual e simular a emergência dos próprios actores em conflito como observador externo não interventivo (em particular nos géneros de “enunciação objectivizada”). Estes actores (activistas, críticos, teóricos ou políticos ‘verdes’, instituições ou grupos) procuram alterar prioridades sociais, valores ou práticas relacionados com o ambiente, interagindo discursivamente num espaço que se apresenta, já o dissemos, como agónico, espaço de luta e conflito, o que configura o discurso ambientalista como argumentativo, manipulativo e polémico. Assim, o ‘ambientalismo’ pode ser construído/entendido

² Nessa transcrição, são assinalados os parágrafos por uma letra maiúscula e cada uma das frases que os compõem por um número.

como um conjunto organizado e hierarquizado de discursos, entretecendo um teia de relações e presenças latentes de uns nos outros, convivendo e debatendo-se entre si, ou seja, como um interdiscurso.

Este interdiscurso encontra no jornal espaço vital. Através do jornal, é a sociedade na sua globalidade que se manifesta, pois esse é o local de confluência de múltiplas vozes: «le journal se présente alors comme un lieu d'intertextualité, traversé par des discours déjà constitués et, simultanément, générateur d'une parole polyphonique (espace à plusieurs voix)» (Imbert, 1988: 49).

2 – Elementos do *corpus* seleccionado

2.1 – Uma abordagem de qualquer artigo permite uma imediata identificação do género discursivo no qual se inscreve pela sua classificação do próprio jornal como editorial, notícia, reportagem, etc, criando expectativas no leitor quanto ao modo de organização discursiva/textual preferencial: modo argumentativo, narrativo, descritivo, etc. Trata-se de um nível elementar de contextualização e, portanto, de heterogeneidade, directamente dependente da competência discursiva do leitor, supostamente capaz de reconhecer a evocação de uma espécie de estereótipo com o qual o texto presente de alguma forma dialoga e se identifica.

No caso do título que figura na primeira página, o processo interdiscursivo é evidente.

2.1.1 – Por um lado, há uma evocação imediata do tópico do clima, portanto uma evocação do discurso social pertencente à temática do ambiente – discurso ao qual nenhum cidadão do nosso tempo está imune. A este propósito, Moirand sustenta a tese da construção de uma *memória interdiscursiva*, que define, por analogia com interdiscurso, como o «lieu de croisement d'énoncés» (1999: 173), que é resultante do tratamento mediático de que são alvo os acontecimentos científicos ou tecnológicos de repercussões políticas e que será igualmente válido para o tratamento das questões ambientais. Refere que a «*mémoire interdiscursive*, qui se constitue dans et par les médias, repose de texte en texte sur des formulations récurrentes, qui appartiennent forcément à des discours antérieurs, et qui, fonctionnant sous le régime de l'allusion, participent à l'interprétation de ces événements» (Moirand, 1999: 173).

Associado a este conceito surge a constatação que muitos LOCs e alocutários (ALOCs) não têm outros elementos de ancoragem na realidade senão através de outros discursos produzidos sobre o mesmo assunto (pouca gente terá tido contacto efectivo com “vacas loucas”, a “rarefacção da camada de ozono”, investigação sobre o “efeito de estufa”...). Assim, o que é reactivado em cada

³ Do grego *agonia*, que significa luta.

discurso não é a realidade em si, mas outros discursos, anteriores, num processo de activação interdiscursiva.

2.1.2 – Por outro lado, o estado de coisas configurado pela nominalização de «recuo» sugere que o LOC age como se actualizasse um conhecimento partilhado, uma construção anterior à própria construção discursiva presente, o que pressupõe a existência de discursos produzidos anteriormente e actualizados pelo ALOC (actualização da memória interdiscursiva). O emprego não literal de «recuo», sem a explicitação do que se trata em concreto (não aceitação do Protocolo de Quioto), mostra que o LOC, na construção do seu texto, pressupõe como adquirido um determinado universo de conhecimentos por parte do ALOC, o que lhe vai permitir evitar redundâncias excessivas – tanto mais que se trata aqui de um título, necessariamente breve. Desta forma se confirma a tendência de todo o texto, que acabará por se revelar «mais ou menos "elíptico" ou "incompleto", ou, se se preferir, *económico*, pois que o seu produtor conta com a *cooperação* do receptor» (Fonseca, J.,1992a: 49).

Se este tipo de estrutura sugere a idealização/construção de um ALOC já minimamente informado acerca do assunto em questão, assumindo uma orientação retrospectiva, pela evocação de discursos anteriores, não deixa de ser significativo o facto de este “dossier” incluir um texto⁴ de divulgação dos conteúdos elementares do Protocolo de Quioto e de informação estatística sobre emissões de gases responsáveis pelo efeito de estufa de vários países signatários. Poderá pensar-se que se trata de permitir o acesso do público a dados concretos, nomeadamente estatísticos, abarcando então, igualmente, aquelas camadas de ALOCs ainda não familiarizados com a questão – o que projecta sobre o discurso o desenho de uma poli-destinação, ou heterogeneidade enunciativa no pólo da recepção.

Não poderá esquecer-se, igualmente, que o que se encontra na primeira página é um título e que «é certo que sempre o título é, de alguma maneira, catafórico, pois anuncia a intenção comunicativa global a desenvolver» (Fonseca, 1992b: 190), remetendo, portanto, para o conjunto de artigos que constituem este “dossier”⁵, num processo de intradiscursividade.

2.1.3 – Acresce que este título apresenta uma formulação de pergunta retórica, de alguma forma simuladora de interacção viva com o leitor do jornal, estando a eventual resposta/réplica nos artigos referidos.

⁴ Veja-se o título do Texto 3, (transcrito em anexo), ilustrativo do conteúdo do artigo.

⁵ Essa remissão é reforçada pela indicação, sob o título, de «P2 A 4», em letra de reduzido tamanho, informando sobre as páginas que o jornal consagra ao tratamento desta temática.

Há, assim, uma interpelação ao ALOC, convidado a encetar um processo dialógico, procurando activamente a resposta à falsa pergunta. Essa será encontrada naquele que é o artigo de fundo deste “dossier”, o Editorial do Director do jornal, José Manuel Fernandes.

Note-se ainda que, tendo em conta que a expressão de um enunciado é sempre, a diversos níveis, uma resposta ou réplica, este enunciado manifesta a perplexidade face à atitude dos EUA no seu «recuo» e alguma dúvida quanto ao que fazer em seguida. Estas dúvida e perplexidade são incorporadas pelo LOC, que neste passo assume a posição de porta-voz da opinião pública. Mas são também adivinhadas as vozes dos decisores políticos ao nível mundial, dos negociadores do protocolo. E se, como se afirma acima, o artigo central deste “dossier” e aquele que manifesta de forma mais visível a resposta a esta questão é o Editorial, então o LOC⁶ não é mero porta-voz, mas assume igualmente o papel de líder de opinião⁷. Trata-se de um mecanismo de fricção de vozes, num processo dialógico complexo.

2.2 – A leitura, mesmo superficial, dos títulos dos vários artigos em análise mostra a presença e funcionamento de dialogismo.

2.2.1 – O título do Texto 2 desenvolve-se sobre o semantismo de “subverter”. Este predicador determina a existência de um objecto ou estado de coisas que é ontologicamente prévio à acção configurada e um agente/instância de controlo ou instância de realização⁸ que exerce tal acção sobre esse objecto ou estado de coisas.

A imagem do agente que é construída pode ser positiva ou negativa, sendo inversamente proporcional à apreciação sobre o estado de coisas que sofre a acção. Neste caso, o elemento alterado (*subvertido*) é um acordo em formação, ou as negociações para a sua concretização que, como refere o *lead*, são alvo da aprovação da «comunidade internacional». O agente da *subversão* é Bush, que sofre uma desqualificação tão forte na sua imagem quanto é qualificada a imagem de um acordo tido como necessário e urgente para acabar com um mal da sociedade hodierna, mal que afecta o mundo inteiro e contra o qual o mundo inteiro agora luta. Trata-se, portanto, de um fortíssimo atentado à face de Bush.

⁶ Entenda-se aqui como LOC não só o jornalista (no caso presente, o seu Director), mas uma *instância mediadora* – jornal, política editorial, jornalista.

⁷ Cf.: 2.3.8.

⁸ Prototipicamente, o caso *agente* é portador do traço [+animado]; contudo, nem sempre isso se verifica. Com o intuito de resolver o problema gerado pelos casos em que a regra se não cumpre, L. Melis (1983) advoga o abandono da noção de *agente* em favor da adopção de duas noções próximas e complementares: a de *instância de controlo* e a de *instância de realização*.

Acresce que não se trata da descrição de uma mera discordância do Presidente dos EUA, mas de uma alteração relativamente a algo anteriormente acordado (ou em vias de), como se conclui pela análise de *subverter* ou de «recuo» (Texto 1), intensificando a desqualificação do agente, implicitamente acusado de “voltar com a palavra atrás”.

2.2.2 – A oposição desigual “Bush/EUA *versus* resto do Mundo” é claramente configurada ao longo dos vários artigos. A legenda que acompanha a fotografia (Texto 4) retoma algo afirmado nos artigos e esclarece as motivações de Bush: o benefício da economia dos EUA. Do outro lado da balança pesam razões do mundo inteiro e que a todos afectam, o que levanta «um coro de protestos», expressão que “dá a ouvir” as vozes de múltiplos enunciadores. Estes são identificados no título e no *lead* do Texto 6: «cientistas, políticos e ambientalistas», «o mundo revoltado». O título do Texto 8 constitui um exemplo flagrante de dialogismo explícito, anunciando o mecanismo de construção do artigo que introduz, com a expressão da opinião de vários actores sociais. As aspas indicam que este é um discurso outro aqui representado e é possível reconstruir todo o cenário provável desta troca enunciativa: o LOC será alguém a favor do Protocolo de Quioto, com um estatuto social/profissional que lhe permite dirigir-se ao Presidente dos EUA e ser ouvido (no corpo do artigo, é identificado como «Donald Kennedy, director da prestigiada revista científica “Science”»); o ALOC será Bush e o enunciado, que noutras circunstâncias poderia ser interpretado como monologal, assume neste contexto características dialógicas, na medida em que evoca, para se lhes opor, outros enunciados do ALOC aqui presentificado. Sabe-se que um dos argumentos da posição norte-americana se fundamentava nas hipotéticas dúvidas sobre as causas do efeito de estufa. Ora, o que aqui se apresenta é uma refutação a essa posição, clamando a larga certeza científica sobre aquelas causas. Esta certeza, a par do mesmo mecanismo discursivo, pode identificar-se no Texto 7, que pretenderá esclarecer o leitor do jornal e desenhar o quadro previsível, num futuro próximo, das consequências das alterações climáticas provocadas pelo efeito de estufa⁹. Por um lado, a convocação da autoridade científica, nuns passos pela reprodução literal dos discursos dos cientistas e demais envolvidos, noutros pela apropriação das suas palavras pelo jornalista, constitui uma resposta à argumentação norte-americana, e por outro funciona como argumento forte de persuasão do leitor. Adivinham-se, desta forma, discursos anteriores e discursos

⁹ Esta certeza razoável, porque projectada no futuro, sofre de algum grau de contestação possível. Contudo, é fortalecida pela constatação actual de catástrofes várias e alterações concretas na orla costeira, na precipitação, na alteração da temperatura ambiente média, etc, factos que integram a memória interdiscursiva pelo tratamento mediático que tais assuntos sofrem. Aliás, parece haver, em Portugal, algum alarmismo e sensacionalismo no tratamento mediático de alguns acidentes naturais como cheias ou erosão assinalável da costa, o que mostra a sobreexposição mediática que o assunto sofre.

a surgir nos ALOCs, que legitimamente se perguntarão qual o grau de certeza científica de uma e outra posições. Estar-se-á, a ser assim, na presença de dialogismo interaccional constitutivo¹⁰. O dialogismo intertextual, assim como o interaccional (dialogismo de duas faces) são desta forma referidos no pensamento de Bakhtine: «Intentionnellement ou non, chaque discours entre en dialogue avec les discours antérieurs tenus sur le même objet, ainsi qu’avec les discours à venir, dont il pressent et prévient les réactions» (Todorov, 1981: 8).

2.3 – O Editorial (Texto 3) é, por definição, um discurso "terceiro", construído sobre outros discursos, pertencendo aos géneros de “enunciação subjectivizada”, com marcas mais explícitas e/ou identificáveis de subjectividade, e que se definem como tal. A contextualização semântica preliminar¹¹, naturalmente dependente da competência do leitor, permite perceber que se trata de um artigo de opinião - do ponto de vista gráfico, é encabeçado pela fotografia do autor e pelo seu nome destacado. Neste contexto, não pode alhear-se dos restantes artigos que compõem o "dossier", onde assume papel central, como se mostra abaixo.

2.3.1 – Este artigo abre com um título onde o dialogismo se manifesta visivelmente pelo mecanismo da negação. O «não» que o pontua evoca outro(s) discurso(s) que daria(m) razão a Bush/EUA e manifesta claramente o afastamento do LOC face a esse(s) discurso(s). O seu carácter elíptico não levantará grandes problemas de compreensão: o leitor sabe qual é o tópico (o Protocolo de Quioto e a posição dos EUA) e pode facilmente completar esta formulação económica.

2.3.2 – A negação introduz uma das linhas de força deste Editorial: a oposição entre a razão científica, hoje consolidada (neste tópico particular), e a dúvida evocada por Bush.

Mas não deixa de ser curioso que estas posições divirjam do que é a discussão típica neste campo: o mais habitual é identificar-se uma oposição entre o desenvolvimento científico e tecnológico e a preservação da natureza, palco de frequentes querelas e espaço de decisões difíceis. No caso presente, a evocação da Ciência está ao serviço da ecologia e a relativização das certezas científicas encontra-se do outro lado da barricada.

2.3.3 – Os três primeiros parágrafos realizam um percurso temporal e associam-no a uma visão diacrónica da evolução da ciência no que respeita ao efeito de estufa. Os três marcos temporais («há mais de 20 anos», «há dez anos» e «de então para cá») correspondem a outros tantos

¹⁰ Verificável, por exemplo, nos textos escolares e, genericamente, na explicação didáctica, ao parecer responder, num discurso monologal, às questões que o LOC imagina que surgirão ao ALOC.

momentos de apreciação do estado de certeza quanto às causas das alterações climáticas. Se «há mais de vinte anos» as interrogações eram muitas (tal como formalmente surge no parágrafo, marcado por estruturas sintácticas interrogativas), «há dez anos» as conclusões eram já «seguras» e hoje, com «novas certezas» a consolidar o conhecimento científico, não é possível duvidar – aliás, o LOC apresenta, de C2 a C5, um conjunto de factos que pretende sejam atestado da afirmação realizada em B2. Note-se a força da evidência em «ficámos a saber» (C2 e C4), em «ouvimos falar» (C3) e em «vimos» e «comprovámos» (C5), com o uso do pretérito perfeito a corresponder ao desenho de um estado de coisas tornado irrefutável pela sua inscrição no passado. O LOC assinala a força probatória a reconhecer a tal estado de coisas, apoiada na evidência do mundo, diluindo a sua própria presença e a leitura pessoal que faz dos factos, para os apresentar como um complexo de argumentos que, mais do que ilustrar, determinam uma conclusão definitiva. Naturalmente, o cidadão comum não teve contacto directo com boa parte destas provas (como o desprendimento dos icebergs, por exemplo), a não ser pelo discurso mediático – trata-se, como se dizia em 2.1.1, de activação da memória discursiva e de uma ancoragem na realidade mediada e não directa.

2.3.4 – Assim, é convocada a voz da Ciência, num crescendo de certezas, para preparar a contra-argumentação à tomada de posição do Presidente americano. Tal posição surge no segmento D1, ilustrativo de dialogismo intertextual, estabelecendo um diálogo entre este enunciado monologal e o discurso produzido anteriormente, pelo uso do marcador «ao contrário de». Neste segmento, na sequência dos anteriores, marca-se a oposição entre a atitude de Bush e os conhecimentos científicos actuais que, a este nível, não sofrem contestação sustentável. Note-se que a argumentação da Administração americana é identificada por um processo implícito, o mesmo que justifica ou reconhece pertinência ao percurso cronológico realizado nos segmentos anteriores do artigo.

2.3.5 – Um mecanismo mais visível é o encontrado em E1, com o verbo *dizer* a mostrar explicitamente a presença do enunciador «George W. Bush». O LOC introduz a voz de Bush, processo que lhe permite distanciar-se claramente das posições assumidas por aquele. O «mas» que inicia a segunda parte deste enunciado, após o travessão, mostra todo o seu poder de inversão argumentativa: se pode parecer legítimo ao Presidente dos EUA defender a economia do seu país (argumento *a*), o que se orientaria para "não assinar o Protocolo de Quioto" (conclusão *r*), esta atitude «pode comprometer a economia à escala global» (argumento *a'*, mais forte do que *a*), impondo-se que "deve assinar-se o protocolo" (conclusão *r'*, que se sobrepõe e anula *r*). Estrutura

¹¹ Cf.: 2.1.

com funcionamento próximo pode encontrar-se em H1. Contudo, neste caso, verifica-se o processo de concessão e uma identificação pontual e parcial do LOC com Bush - não suficiente, contudo, para lhe reconhecer razão final, mas operando ao nível da construção de uma imagem de imparcialidade construída pelo LOC.

2.3.6 – Novo mecanismo de dialogismo intertextual pode ser identificado no segmento F1: trata-se do uso da concessão em «é certo que». Este é claramente um enunciado dialógico, introdutor do discurso que afirma que a recusa dos EUA em assinarem o protocolo não o inviabiliza, mas mantendo presente o contra-discurso, o da quase impossibilidade de avançar no combate ao efeito de estufa sem a participação dos EUA. No parágrafo anterior, o LOC já havia descrito o protocolo como «tímido e limitado», mas «base mínima de um compromisso» (E3), traçando desta forma o seu carácter incontornável.

2.3.7 – Os últimos parágrafos deste artigo invectivam incisivamente os líderes portugueses e europeus a não deixar cair o Protocolo de Quioto, com a desculpa do recuo americano. Tal como no título, é identificável o funcionamento dialógico activado pelo «não» de G1. Contudo, a orientação é diversa: neste caso, há uma antevisão do discurso possível, fundamentado noutra, também activado - o discurso conhecido e habitual em circunstâncias análogas.

Estes segmentos finais são enformados por uma presença forte do ALOC, apresentando-se o discurso marcados por um carácter directivo, no quadro do qual pode descrever-se este artigo como realizando um macro-acto ilocutório argumentativo/persuasivo.

É este facto que assiste à afirmação deste Editorial como central no "dossier" apresentado pelo jornal nesta edição. À perplexidade e às dúvidas adivinhadas no título da primeira página (Texto 1) é dada aqui uma resposta: o que há a fazer é prosseguir, ratificar e cumprir o Protocolo, mesmo sem a presença dos EUA, porque esse é o único caminho viável. Cumpre dessa forma o LOC um papel de líder de opinião, pelo reconhecimento do mérito das suas opiniões e pela adesão dos leitores aos seus pontos de vista.

2.3.8 – Poderá reconhecer-se, por implicação pragmática, um acto ilocutório derivado de crítica neste artigo. Este acto, associado ao macro-acto argumentativo/persuasivo, incide sobre os decisores políticos, pela antecipação do seu discurso e desempenho, como atrás foi referido. Assim, um dos pólos de destinação corresponde aos decisores políticos portugueses e europeus, que só terão «condições – e moral – para liderar» o processo de aprovação e ratificação do Protocolo se cumprirem as metas aí estabelecidas. O LOC afirma que, neste momento, isso está «muito longe de acontecer» e que alguns países, entre os quais se inclui Portugal, se têm «portado especialmente mal

e dado mostras de que são incapazes de tomar medidas estruturais necessárias para inverter a actual situação», o que sugere fortemente a possibilidade/plausibilidade do abandono do Protocolo.

Outro pólo de destinação corresponde aos cidadãos, os que escolhem e elegem os decisores políticos, convidados a «abdicar de algum conforto hoje, em nome de um futuro menos dramático». O acto ilocutório de crítica está também aqui presente e tem por alvo os cidadãos, demasiado passivos e/ou demasiado acomodados no seu conforto efémero. A referida poli-destinação que enforma este discurso manifesta-se assim, e os discursos adivinhados ou antecipados interagem, condicionando-o, com o presente.

3 – Nota final

Alguns mecanismos de materialização do discurso sobre o ambientalismo na imprensa em Portugal foram aqui abordados, assim como dimensões do seu funcionamento social. Trata-se de um discurso de grande dinâmica, manifestando as virtualidades da língua e o poder da palavra. A definição do ambientalismo como um interdiscurso é ilustrativa das múltiplas relações que à volta desta temática se estabelecem e da presença de uns discursos nos outros, manifestando-se por vezes em elementos discretos, mas actuates na configuração própria dos discursos e da língua e nas interacções que permitem e provocam.

4 - Bibliografia

- COUPLAND, N. e COUPLAND, J. (1997): «Bodies, beaches and burn-times: 'environmentalism' and its discursive competitors», *Discourse and Society*, vol. 8, nº 1, pp. 7-25
- FONSECA, J. (1992): *Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação
- FONSECA, J. (1992a): “Coerência e coesão nas unidades linguísticas”, in J. Fonseca, 1992, pp. 7-103
- FONSECA, J. (1992b): “Os elementos de coesão do texto ‘Porque apoio Eanes’”, in J. Fonseca, 1992, pp. 105-226
- IMBERT, G. (1988): *Le discours du journal. A propos de “El Pais”*, Paris, Centre National de Recherche Scientifique
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (s/d): “La polémique et ses définitions”, *Le discours polémique*, Centre de Recherches Linguistiques et Sémiologiques de Lyon, Presses Universitaires de Lyon, pp. 3-40
- MELIS, L. (1983): *Les circonstants et la phrase: étude sur la classification et la systématique des compléments circonstanciels en français moderne*, Louvain, Presses Universitaires de Louvain
- MOIRAND, S. (1999): “Les indices dialogiques de contextualization dans la presse ordinaire”, *Cahiers de praxématique*, 33, pp. 145-184.
- TODOROV, T. (1981): Mikhaïl Bakhtine. Le principe dialogique suivi de *Ecrits du Cercle de Bakhtine*, Paris, Seuil

ANEXOS

Texto 1 (título, pp. 1)

CLIMA

O que fazer depois do recuo dos EUA?

Texto 2 (artigo do qual se transcrevem o título e o *lead*, pp. 2-3)

BUSH SUBVERTE NEGOCIAÇÕES DO CLIMA

Comunidade internacional protesta contra a decisão do presidente norte-americano, que reduziu a uma hipótese meramente teórica a possibilidade de ratificação de acordo para reduzir os gases de efeito de estufa

Texto 3 (artigo do qual se transcreve o título, pp. 2)

O QUE É O PROTOCOLO DE QUIOTO

Texto 4 (legenda da fotografia, pp. 3)

Em nome da economia norte-americana, George W. Bush decidiu abandonar o Protocolo de Quioto, levantando um coro de protestos e dificultando a luta contra as alterações climáticas.

Texto 5 (Editorial, pp. 3)

Bush não tem razão

A (1) Há mais de vinte anos era apenas uma hipótese: seria que o clima estava a mudar por influência do homem? (2) Estaríamos a assistir a um aquecimento global devido a um efeito de estufa provocado pelo aumento de concentração de dióxido de carbono na atmosfera?

B (1) Há dez anos, a maioria dos cientistas já tinha chegado a conclusões seguras. (2) O nosso planeta estava a aquecer, e o padrão desse aquecimento podia ser atribuído ao excesso de emissões de gases com efeito de estufa.

C (1) De então para cá, novas certezas se foram juntando ao conhecimento científico. (2) Ficámos a saber como certas actividades humanas influenciam o clima à escala global. (3) Ouvimos falar de “El Niño” e de como uma variação dessa corrente oceânica podia provocar tempestades do outro lado do planeta. (4) Foram desenvolvidos modelos mais fiáveis de previsão de evolução dos climas e ficámos a saber onde vai chover mais, onde os frios vão ser mais intensos, onde as secas serão catastróficas. (5) Vimos gigantescos icebergues desprenderem-se das calotes polares, registámos o recuo dos glaciares, comprovámos a subida do nível médio do mar.

D (1) Ao contrário do que defendeu o Presidente dos EUA, George W. Bush, a ciência, nesta frente, já tem certezas suficientes para poder afirmar: se não controlarmos as emissões de gases com efeito de estufa, o clima vai mudar de forma catastrófica, há cidades litorais que serão inundadas, as zonas agrícolas mais produtivas podem ficar estéreis, haverá tempestades mais violentas e a vida nas regiões mais povoadas do globo será irremediavelmente afectada.

E (1) George W. Bush diz que não quer comprometer a economia americana com medidas restritivas e custosas – mas com a sua atitude pode comprometer a economia à escala global, e num prazo que pode ser mais curto do que o esperado. (2) Isto porque a única esperança – e bem frágil, de resto – de controlar o crescimento exponencial da emissão de gases com efeito de estufa era o cumprimento dos compromissos de Quioto. (3) O protocolo, apesar de tímido e limitado, representava, à escala global, a base mínima de um compromisso. (4) Se ele fosse cumprido, haveria a esperança de controlar a emissão e evitar um desenvolvimento catastrófico das alterações climáticas. (5) Se ele foi torpedeado – se o principal implicado, os Estados Unidos, se retirarem –, então a esperança é mínima.

F (1) É certo que existe a possibilidade de, mesmo sem os Estados Unidos, ratificar o protocolo – mas isso só será possível se a Europa desempenhar um papel de liderança na federação de um número suficiente de países. (2) E a Europa só terá condições – e moral – para liderar esse processo, se, entretanto, ela própria der sinais de que vai cumprir os seus compromissos de redução das emissões de CO₂. (3) Neste momento isso está muito longe de acontecer e alguns países, como Portugal, têm-se portado especialmente mal e dado mostras de que são incapazes de tomar mediadas estruturais necessárias para inverter a actual situação.

G (1) Por outras palavras: a condenação frontal do volte-face americano não deve servir de alibi para desistir de Quioto e, sobretudo, para desistir das metas aí negociadas. (2) Aquilo que Bush fez cara a cara não pode, deste lado do Atlântico, ser feito por omissão.

H (1) Porque se é verdade que o cumprimento de Quioto pode prejudicar algumas indústrias e o crescimento económico, como alega George W. Bush, aquilo que os cidadãos, deste e do outro lado do Atlântico, devem dizer é que não se importam que isso aconteça. (2) Que não se importam de abdicar de algum conforto hoje, em nome de um futuro menos dramático. (3) E devem dizer aos seus governantes que esperam deles precisamente isso: medidas difíceis, mas indispensáveis.

(José Manuel Fernandes)

Texto 6 (artigo do qual se transcrevem o título e o *lead*, pp. 3)

O mundo revoltado

Cientistas, políticos e ambientalistas uniram-se para criticar a decisão da Administração norte-americana e apelar à ratificação do protocolo sem os EUA.

Texto 7 (artigo do qual se transcrevem o título e o *lead*, pp. 4)

O QUE OS CIENTISTAS PREVÊM

No último relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), que reúne milhares de cientistas de todo o mundo, as certezas sobre as causas e efeitos das alterações climáticas aumentaram. De uma coisa os investigadores já não duvidam: é o homem que está a alterar o clima devido às crescentes emissões de gases que provocam o efeito de estufa. Quanto às suas consequências, estas variam entre secas e inundações, perda de terras aráveis, erosão costeira, esgotamento dos “stocks” piscícolas, entre outras.

Texto 8 (artigo do qual se transcreve o título, pp. 4)

“SENHOR PRESIDENTE, A CIÊNCIA É CLARA”